

Inflação: reflexões à margem da experiência brasileira (resposta aos críticos)

ADROALDO MOURA DA SILVA *

É deveras gratificante ter que responder aos críticos de meu trabalho publicado no número 3 desta Revista. Bresser Pereira e Nakano tentam mostrar que mantenho posições equivocadas no que respeita à análise que faço do quadro atual de dificuldades por que passa a economia brasileira. Coutinho e Souza fazem o mesmo tipo de críticas. Estes vão além no sentido de explicitar o que pensam do processo inflacionário.

Costuma-se afirmar que do debate nasce a luz. Este refrão, neste caso, provou ser falso. Nas críticas feitas o leitor encontra mais adjetivos pouco generosos do que uma avaliação substantiva e conseqüente do meu trabalho.

Deixando de lado a parte meramente adjetiva, reitero minha posição inicial a partir, primeiro, de uma re colocação dos aspectos substantivos da versão estruturalista sobre os processos inflacionários e, segundo, de uma breve catalogação das alternativas de política econômica desenhadas pelos críticos. Na primeira parte, tenho como objetivo mostrar que minha análise de inflação não deixa de fazer justiça aos ensinamentos da visão estruturalista. Mostro também que a análise que Coutinho e Souza fazem deste problema é, no mínimo, equivocada e parcial. Na segunda parte, indico a inconseqüência analítica das propostas alternativas de política econômica.

O PROCESSO INFLACIONÁRIO: REBATE ÀS CRÍTICAS

Por certo tanto Bresser Perreira e Nakano quanto Luciano Coutinho e Paulo Renato de Souza não compreenderam a natureza do meu trabalho no que

* Professor da Faculdade de Economia e Administração da USP.

respeita à questão inflacionária. Por conta disto, cometem sérios equívocos de interpretação. Estes serão apontados à medida que rediscuto alguns aspectos do processo inflacionário na ótica estruturalista.

Nesta ótica a premissa básica é a de que crescimento econômico gera tensões estruturais de caráter regressivo na distribuição de renda. Quase sempre estas tensões se localizam no setor externo (déficit estrutural no balanço de pagamento e restrições ao crescimento impostas pela baixa expansão de capacidade de importar) e no setor agrícola (encarecimento persistente dos produtos agrícolas por conta dos vícios da estrutura agrária e dos elevados custos dos insumos agrícolas importados).¹

No meu trabalho isto é ilustrado a partir da equação (4) do texto à página 73 para o caso de elevação regressiva de preços com origem no setor agrícola. Isso poderia ser feito com qualquer outra elevação de custo, seja a do petróleo ou não, sem deixar de fazer justiça à visão estruturalista do processo inflacionário.²

A dinâmica inflacionária ocorre então a partir da reação dos principais agentes econômicos à regressividade distributiva com origens nos desequilíbrios estruturais. O conjunto de reações se constitui no chamado mecanismo de propagação das ondas inflacionárias.³ Os mais importantes mecanismos de propagação são:

1. A reação dos trabalhadores em defesa de seu salário-real ou mesmo os mecanismos de reajuste automático pautados no aumento do custo de

¹ No trabalho clássico da tradição estruturalista Sunkel assim nomeia as principais tensões estruturais: "a) estancamiento de las disponibilidades de alimentos frente al desarrollo de la demanda; b) la incapacidad de la economía chilena para ampliar, diversificándolas, al poder de compra de las exportaciones; c) de una deficiente tasa de formación de capital y d) deficiencias estructurales en el sistema tributario" (Sunkel, 1958, p. 20).

Por seu turno Prebisch assim coloca o problema. "Três são os principais fatores de caráter estrutural ou funcional que acarretam o aumento dos preços: a) o custo de substituição das importações; b) o encarecimento dos produtos agrícolas e c) o movimento da relação de preços de intercâmbio" (Prebisch, 1964, p. 166).

² Para informação dos professores de Campinas convém registrar as palavras de Prebisch à respeito do problema. "Seja pela forma por que se efetuam as transformações estruturais exigidas pelo desenvolvimento, ou por elas se efetuarem de uma maneira parcial ou insuficiente, sobrevêm movimentos regressivos na distribuição da renda; e o propósito de compensar as suas conseqüências traz consigo o aumento das remunerações e a sua inevitável repercussão sobre os preços" (Prebisch, 1964, p. 133) (grifo nosso).

³ Ainda para informação dos professores de Campinas é importante relembrar os escritos de Sunkel: "Todos los tipos de presiones inflacionarias citados no se materializan, sin embargo, en un proceso violento y permanente de expansión monetaria y ascenso del nivel general de precios, si no fuera por la presencia de un 'eficiente' mecanismo de propagación de tales presiones" (Sunkel, 1958, p. 21 e também p. 22 onde nomeia os mecanismos de propagação).

vida. Para evitar mal-entendidos convém registrar a análise de Prebisch a respeito do problema:⁴

“... os aumentos originários de preços, seguidos por essas reações defensivas, desencadeiam a espiral inflacionária de preços e salários. . . É fácil de explicar a reação contra estes efeitos regressivos na distribuição de renda. Todavia o aumento de salários não os corrige: apenas desencadeia a espiral inflacionária, ou dá-lhe maior impulso, se ela já se vinha desenvolvendo. . .” (Prebisch, 1958, p. 165/6);

2. A prática quase universal das empresas industriais (e também comerciais) de fixar preços como um múltiplo do custo unitário primário de produção. A isso os meus críticos chamam de “estrutura oligopólica” e/ou “preços administrados”;
3. A reação do sistema monetário e da política econômica no sentido de “financiar” estes aumentos de preços através da expansão monetária e creditícia ou mesmo da elevação dos preços administrados (câmbio, juros, tributos, etc. . .). De um lado, é o que Julio Olivera chama de “política de moeda passiva”. De outro, ocorrem, por força do desequilíbrio fiscal ou do de balanço de pagamentos, reajustes de preços sob controle dos responsáveis pela política econômica, seja o reajuste do câmbio e de tarifas, seja o de matéria-primas básicas e outros.

Desta forma, os movimentos regressivos na distribuição de renda que ocorrem por força dos desequilíbrios estruturais inerentes ao desenvolvimento econômico, são magnificados e se transformam numa espiral inflacionária de preços e salários, por conta dos mecanismos de propagação supramencionados.

Luciano Coutinho e Paulo Renato Souza não entendem assim o processo inflacionário por não diferenciarem o papel das tensões estruturais, de um lado, do mecanismo de propagação, de outro. Vítimas desta confusão embaralham um amplo conjunto de proposições — algumas até bem sensatas se vistas isoladamente — em 17 das 30 páginas daquilo que deveria ser a crítica a meu trabalho. Isso fica claro, por exemplo, na seguinte passagem:

“... importa sublinhar que são as empresas e o Estado e, secundariamente, o sistema financeiro os protagonistas autônomos do processo inflacionário, ora atuando como causadores de ‘choques’ e, em geral, como força realimentadora da propagação” (Coutinho, L. e Souza, P.R., p. 129).

Aí, como nas páginas que os Autores dedicam ao que eles chamam de Problema “Teórico” da Inflação, não ocorre sequer uma passagem sobre as tensões inflacionárias com origem nos impasses estruturais ao desenvolvimento. Por conta disso, eles interpretam mecanismos de propagação — a exemplo da reação dos oligopólios — como fontes autônomas de inflação.⁵

⁴ Também Sunkel (1958, p. 22) nomeia explicitamente os reajustes salariais como elemento básico do mecanismo de propagação.

⁵ Isso ocorre inúmeras vezes no texto dos autores de Campinas. Veja às pp. 126-7, por exemplo, onde os Autores atribuem aos oligopólios o poder de “mover preços a partir de decisões arbitrárias”.

E mais, afirmam corretamente que “os salários não podem ser movidos autonomamente à frente da tendência de crescimento de preços”, mas não conseguem entender que estão descrevendo o próprio mecanismo de propagação. Da mesma forma que os assalariados, os oligopólios reajustam seus preços em função dos aumentos de custo com origem nos impasses estruturais e não arbitrariamente. Portanto, as reações de assalariados e capitalistas às elevações de custo com origem nos desequilíbrios estruturais determinam a dinâmica inflacionária.

E isto é colocado por Prebisch de forma absolutamente clara ao tratar do problema:

“O ajuste dos salários, justificado quando há lucros extraordinários, não seria neste caso — pois não os haveria — solução adequada, e traria consigo a espiral inflacionária” (Prebisch, 1964, p. 166).

Estas recorrentes citações objetivam tão-somente a mostrar aos professores de Campinas que, a despeito “da imensa riqueza da interpretação estruturalista”, nela também os salários têm um importante papel propagador de pressões inflacionárias da mesma forma que a prática quase universal das empresas de reajustar preços a partir de elevações do custo unitário primário de produção.⁶

Isto posto, voltemos à questão da inflação. No meu trabalho a tese desenvolvida consiste em reafirmar que os desequilíbrios estruturais não se transformam em tensões inflacionárias se qualquer elo do processo de propagação for quebrado. Por exemplo, se for possível controlar a expansão monetária e creditícia, como ocorre nas experiências de inspiração monetarista, o resultado será recessão, a qual, por seu turno, terminará por quebrar as resistências das empresas por compressão das margens de lucro e as dos trabalhadores por ampliação do desemprego. Esta é a posição ortodoxa e a de maior custo social. Pode conduzir a uma desaceleração prolongada do crescimento sem estimular a superação do estrangulamento estrutural que deu origem ao problema.

Alternativamente, poderia se tentar controlar as ondas inflacionárias através do controle dos mecanismos de propagação dados por aumentos de preços e salários. Tentar-se-ia, ao invés da recessão, obter crescimento positivo e razoável à luz do impasse estrutural ainda que com taxas de inflação positivas. É verdade que neste caso a situação é complexa e de difícil administração. Primeiro, porque é da própria natureza da organização industrial a prática de remarcar preços por conta da elevação de custos. Segundo, porque é de justiça que o trabalhador não pague sozinho o ônus do desequilíbrio estrutural.

⁶ Seria também importante que Bresser Pereira e Nakano anotassem as palavras de Prebisch. Por certo, em críticas futuras, eles poderão ser mais parcimoniosos na adjetivação e mais claros na parte substantiva.

No entanto, não há como fugir ao impasse. Poucos são os graus de liberdade, na verdade. Se o desequilíbrio original provocar, a exemplo do que ocorreu no Brasil, elevação do preço das matérias-primas importadas — seja por conta da elevação do produto em moeda estrangeira ou da elevação de tarifas e câmbio — só não ocorrerá inflação se simultaneamente ocorrer queda das margens de lucro ou do salário real.

Se ocorrer quedas das margens de lucro também cairá a taxa de acumulação, o que compromete a possibilidade de se criarem novos empregos na velocidade exigida pela expansão da força de trabalho. A saída desse impasse só pode ocorrer pela expansão do endividamento externo e/ou pela melhoria de produtividade do sistema econômico. Como não é possível realizar o milagre da reprodução dos pães, é melhor encarar os fatos de frente a escondê-los.

Ao tratar deste dilema Prebisch nos alertou:

“... Este não é apenas um problema técnico e sim fundamentalmente político, em que a nós, economistas, cabe uma importantíssima tarefa de esclarecimento e de persuasão” (Prebisch, 1964, p. 130).

E colocou a seguinte mensagem:

“... o povo latino-americano tem de aprender a empregar o seu crescente poder político para utilizá-lo com fins econômicos e sociais. Como tem de aprender a empregar o seu poder sindical — já muito forte, em alguns países — para conseguir aumentos importantes de produção, e dessa forma melhorar as suas rendas reais, em vez de desperdiçar suas energias na obtenção de aumentos salariais que a espiral inflacionária torna pouco depois ilusórios”⁷ (Prebisch, 1964, p. 134).

O caráter redistributivo dos processos inflacionários é também objeto de comentários dos professores Bresser Pereira e Nakano. Eles, no entanto, o interpretam de forma equivocada. Primeiro, a decomposição da renda interna na identidade destes Autores é tão arbitrária quanto qualquer outra decomposição.

⁷ E de justiça enfatizar que com estas citações de Prebisch pretendo tão-somente mostrar que os autores estruturalistas têm com clareza o impasse apontado. Em nenhum momento, no entanto, estes autores deixaram de reconhecer a necessidade de uma efetiva redistribuição de renda e da manutenção de uma política salarial justa. De novo é oportuno ler Prebisch a respeito: “... a solução de base não poderia ser outra senão a aceleração do ritmo de desenvolvimento, acompanhada de uma política redistributiva da renda. Sem dúvida, *isto leva tempo, e a política antiinflacionária significa, enquanto isto, um sacrifício para as massas populares*, sacrifício que só poderia ser psicológico e politicamente tolerável se iniciássemos simultaneamente uma política expansiva, tendente a estimular o aproveitamento da capacidade potencial da economia, com o rápido aumento da renda, e uma política de austeridade dos grupos de rendas elevadas para restringir fortemente suas despesas e dar lugar a maiores investimentos. Tudo isto combinado com uma oportuna contribuição de recursos internacionais” (Prebisch, 1964, p. 67).

Segundo, esta identidade enquanto orientadora da redistribuição de renda proposta pelos Autores não paga o devido tributo à relação existente entre a estrutura produtiva e a distribuição de renda. Terceiro, concluem equivocadamente e evocando razões políticas que só os “rentistas” têm que pagar a conta.

Os Autores não indicam como a renda expropriada dos rentistas pode evitar o custo para assalariados e capitalistas com origem na queda das relações de troca e na escassez relativa de alimentos. Isso só seria possível se a estrutura de consumo dos rentistas fosse exatamente igual à dos assalariados e no mesmo nível de consumo físico e/ou se a renda dos rentistas se transformasse em “dólares” por obra e graça divinas.⁸

Neste caso “a eutanásia do *rentier*” proposta teria alguma utilidade. O equívoco advém do fato de os Autores artibuírem uma autonomia que os *rentiers* não têm. Suas rendas são resultantes e não determinantes do processo econômico. Só ao longo do processo de ajuste se pode pensar em financiar investimento taxando os rentistas. Mas isso não elimina o custo do ajuste ao nível da estrutura produtiva — que demanda tempo e suor — exigido pelo desequilíbrio do balanço de pagamento.⁹

Ainda sobre o processo inflacionário, os professores Bresser Pereira e Nakano cometem o erro primário de testar o caráter inflacionário ou não dos aumentos dos salários nominais a partir do crescimento ou não do salário real. Indicam que, como o salário médio real observado cresceu menos que os ganhos de produtividade observados, então a evolução do salário nominal não é inflacionária. Pois bem, esquecem que esta evolução do salário real observada é exatamente produto da dinâmica inflacionária propagada e frustrada pelos ajustes do salário nominal e dos preços industriais. A exemplo do explicado anteriormente os aumentos salariais fazem parte dos mecanismos de propagação das ondas inflacionárias e ainda assim podem conduzir a uma queda do salário real.

⁸ Ainda sobre a questão distributiva os professores da FGV cometem uma pequena impropriedade na equação (5) de seu texto. Nesta, eles adicionam à massa de salário (em termos nominais) um termo referente às importações. Neste termo a relação de troca aparece inapropriadamente. A parte referente às importações que ali aparece deveria ser: o volume físico das importações multiplicado pelo preço unitário em cruzeiros destas importações. Este preço em cruzeiros é, por seu turno, igual ao preço em moeda estrangeira multiplicado pela taxa de câmbio e mais uma vez multiplicado pelas tarifas aduaneiras.

⁹ Os Autores devem ler a citação de Prebisch na penúltima nota de rodapé. Na verdade Bresser Pereira e Nakano estão a esperar um novo fenômeno da reprodução dos pães: diante da asfixia cambial propõem a um só tempo: redistribuição imediata da renda, manutenção em níveis razoáveis das margens de lucro, evitar maiores sangrias sobre o Caixa do Tesouro e retomar o crescimento. O milagre segundo os Autores reside no “progresso técnico neutro”. Pelo visto, *tempo, investimento, moeda estrangeira e “muito suor”* parecem não ser necessários para tudo isso ser compatível.

A ASFIXIA CAMBIAL E OS CRÍTICOS

Bresser Pereira e Nakano têm uma posição *sui-generis* em relação ao processo de ajuste que nos está sendo imposto pela asfixia cambial. Afirmam que com a economia voltando a crescer e com uma política salarial ligeiramente redistributiva, o “equilíbrio” da balança comercial será obtido:

- pela manutenção das minidesvalorizações em termos realistas;
- pela manutenção dos subsídios às exportações de manufaturados; e
- pela implantação de um rígido controle seletivo das importações.

Há evidentes contradições na posição dos professores da FGV. Como voltar a crescer e exportar com a limitação quantitativa das importações e com o duplo encarecimento destas causado pela política cambial e pelo próprio controle quantitativo? Mais surpreendente ainda é a afirmação — no mesmo parágrafo em que esta política é proposta — de que: “é preferível arriscar uma recessão setorial de oferta, causada pela falta de alguns meios de produção, do que embarcarmos em uma generalizada e incontrolável recessão de demanda”. Para que a proposta em pauta tivesse um mínimo de coerência, seria necessário que o nível de produção doméstica fosse independente do nível de importações no curto prazo, que a dinâmica dos preços relativos (salário, câmbio e preço das empresas industriais) não fosse produto da busca de rentabilidade relativa, que os exportadores aceitassem exportar com prejuízo, ou que *over-night* se pudesse fazer o ajuste estrutural de economia diante da asfixia cambial.¹⁰

L. Coutinho e P. R. Souza apresentam as seguintes alternativas de política para enfrentar o problema cambial:

- ao nível da dívida externa a sugestão seria ter um câmbio financeiro desvinculado do câmbio comercial a fim de “quebrar” a interdependência entre taxas de juros internas e externas.

E mais:

“... poder-se-ia alcançar a completa desvinculação de ambas as taxas se o caminho adotado para enfrentar o problema da dívida for a renegociação, com ou sem a estatização do sistema financeiro nacional”.

Para controlar as importações (e estimular as exportações?) “poderíamos voltar à prática dos anos 50, das taxas múltiplas de câmbio e do contingenciamento de importações...”.

Não há dúvidas, os Autores pedem duas vezes a reedição do milagre da reprodução dos pães. Primeiro, ao afirmarem que o método sugerido para con-

¹⁰ Os professores da FGV, na p. 11 de seu trabalho, confundem custo unitário relativo da mão-de-obra com diferenças salariais (expressas numa mesma moeda) entre países. Se os Autores estivessem corretos, os países pobres seriam exportadores líquidos de bens industriais para os países ricos. A verdade, no entanto, é bem outra.

trolar as importações tem “a significativa vantagem de não aumentar os custos internos”. Bem, isso sequer merece comentários. Segundo, ao acreditarem que uma eventual renegociação da dívida não teria custos em termos de crescimento interno, nem, em troca, os banqueiros internacionais teriam qualquer exigência adicional. É como se pudéssemos começar a renegociação da dívida existente e reiniciar uma nova dívida externa para continuarmos a manter o ritmo de atividades sem maiores sacrifícios à população e sem nenhuma outra exigência dos banqueiros sobre política econômica e controle do sistema financeiro nacional. Mera ilusão.

Acima de tudo isso, os Autores argumentam que:

- a existência de saldos exportáveis no Brasil é episódica;
- parece não haver esperanças futuras de o Brasil melhorar sua competitividade relativa (em termos de custos industriais) a fim de gerar saldos exportáveis;
- o comércio é “avenida de mão dupla”, logo as exportações só podem crescer na mesma velocidade das importações.

A lógica dos Autores é bastante perversa. Bem que eles poderiam dar conseqüência à sua análise. Ela terminaria com algo do seguinte tipo: ora, como não se pode superar o obstáculo ao crescimento econômico dado pela capacidade de importar, só nos resta a estagnação econômica ou a entrega patrimonial.

Diante destas, mantenho minha posição original até que apareça uma alternativa mais competente.

BIBLIOGRAFIA

- BRESSER PEREIRA, L. C. e NAKANO, Y. “Inflação, Desequilíbrio Externo e Salários”, in *Revista de Economia Política*, Vol. 1, n.º 4, outubro/dezembro, 1981.
- COUTINHO, L. e SOUZA, P. R., “Inflação: Anotações Críticas para o Debate”, in *Revista de Economia Política*, Vol. 1, n.º 4, outubro/dezembro, 1981.
- MOURA DA SILVA, A., “Inflação: Reflexões à Margem da Experiência Brasileira”, in *Revista de Economia Política*, Vol. 1, n.º 3, julho/setembro, 1981.
- OLIVEIRA, J., “La Inflacion Estructural y el Estructuralismo Latinoamericano”, in *Inflacion y Estructura Económica*; editado por Sunkel e outros (Buenos Aires, PAIDOS, 1973). O artigo foi originalmente publicado pela *Oxford Economic Papers*, Vol. XVI, n.º 3, novembro de 1964.
- PREBISCH, R., “Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano” (Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964). Veja particularmente a quarta parte deste livro.
- SUNKEL, O., “Inflacion Chilena. Um Enfoque Heterodoxo”, no livro acima referido, editado pelo próprio Sunkel e outros. Originalmente este artigo foi publicado em *El Trimestre Económico*, XXV, 4, México, Oct./Dic., 1958.